

SIMULADO DE LEGISLAÇÃO LOCAL

PGM-CONTAGEM



Estratégia
CARREIRA JURÍDICA

INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 – Esta prova é focada no concurso da PGM-Contagem para o cargo de **Procurador**;
- 2 – A prova contém **50 questões** cobrando assuntos de **Conhecimentos Específicos**;
- 3 – **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora do certame, FUNDEP;
- 4 – Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 – Você terá das **8h30 às 13h** para responder às questões;
- 6 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO**, comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

Cartão de Respostas									
1		11		21		31		41	
2		12		22		32		42	
3		13		23		33		43	
4		14		24		34		44	
5		15		25		35		45	
6		16		26		36		46	
7		17		27		37		47	
8		18		28		38		48	
9		19		29		39		49	
10		20		30		40		50	

QUESTÕES OBJETIVAS

Direito Urbanístico

Questão 1.

A respeito das disposições sobre região metropolitana, aglomeração urbana e microrregião trazidas pela Constituição do Estado de Minas Gerais assinale a alternativa CORRETA:

a) O Estado poderá instituir, mediante lei ordinária, região metropolitana, aglomeração urbana e microrregião constituídas por agrupamento de Municípios limítrofes, para integrar o planejamento, a organização e a execução de funções públicas de interesse específico.

b) Considera-se aglomeração urbana o conjunto de Municípios limítrofes que apresentam a ocorrência ou a tendência de continuidade do tecido urbano e de complementaridade de funções urbanas, que tenha como núcleo a capital do Estado ou metrópole regional e que exija planejamento integrado e gestão conjunta permanente por parte dos entes públicos nela atuantes.

c) Considera-se função pública de interesse comum a atividade ou o serviço cuja realização por parte de um Município, isoladamente, seja inviável ou cause impacto nos outros Municípios integrantes da região metropolitana. A gestão de função pública de interesse comum será unificada.

d) O Estado não participa da gestão da região metropolitana, cabendo aos Municípios integrantes se organizarem da maneira que melhor lhes for conveniente e para atendimento das funções públicas de interesse comum a serem ajustadas após a publicação da lei que instituiu a região metropolitana.

Questão 2.

Sobre a Lei Complementar nº 88/2006, que dispõe sobre a instituição e a gestão da região metropolitana e sobre o fundo de desenvolvimento metropolitano, analise as seguintes afirmativas:

I - O parecer técnico poderá ser elaborado por instituição de pesquisa com notório conhecimento e experiência em estudos regionais e urbanos, a

partir de informações fornecidas por fontes especializadas.

II – Não é possível incluir Município em região metropolitana já instituída.

III – Não será instituída região metropolitana com população inferior a seiscentos mil habitantes;

IV – Poderá ser aprovado projeto de lei complementar que vise à instituição de região metropolitana que não esteja acompanhado do parecer técnico.

Assinale a alternativa CORRETA:

a) Estão corretas as alternativas I, III e IV;

b) Está correta apenas a alternativa III;

c) Estão corretas apenas a alternativa I e IV;

d) Estão incorretas as alternativas I e III.

Questão 3.

São instrumentos do planejamento metropolitano, previstos na Lei Complementar nº 88/2006, que dispõe sobre a instituição e a gestão da região metropolitana e sobre o fundo de desenvolvimento metropolitano:

a) plano diretor de desenvolvimento integrado e fundo de desenvolvimento metropolitano;

b) plano diretor de desenvolvimento integrado e assembleia metropolitana;

c) Assembleia Metropolitana, Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano, Agência de desenvolvimento Metropolitanos e as instituições estaduais, municipais e intermunicipais vinculadas às funções públicas de interesse comum da região metropolitana;

d) Parecer técnico e fundo de desenvolvimento metropolitano;

Questão 4.

São funções públicas de interesse comum da região metropolitana de Belo Horizonte, previstas na LC 89/2006, EXCETO:

Simulado Legislação Municipal PGM-Contagem

- a) as funções públicas estabelecidas nos planos, programas e projetos contidos no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, relativas ao desenvolvimento socioeconômico;
- b) a padronização das escolas e dos programas educacionais, no que toca ao ensino público infantil da região metropolitana;
- c) as ações que assegurem a utilização do espaço metropolitano sem conflitos e sem prejuízo à proteção do meio ambiente, no que diz respeito ao uso do solo metropolitano;
- d) a produção e comercialização por sistema direto de canalização, no que tange à distribuição de gás canalizado.

Questão 5.

De acordo com a Lei Complementar nº 248/18, que institui o Plano Diretor do Município de Contagem, são funções sociais da cidade, EXCETO:

- a) utilização adequada dos recursos naturais disponíveis, bem como proteção e melhoria do meio ambiente natural e constituído;
- b) universalização do acesso ao trabalho, à moradia, ao lazer, ao transporte público, às infraestruturas, equipamentos e serviços urbanos;
- c) oferta de um meio ambiente ecologicamente equilibrado;
- d) oferta de espaços públicos que propiciem o convívio social, a formação e a difusão das expressões artístico-culturais e o exercício da cidadania.

Questão 6.

De acordo com a Lei Complementar nº 248/18, que institui o Plano Diretor do Município de Contagem, assinale a alternativa CORRETA no que diz respeito à mobilidade urbana:

- a) É uma diretriz específica de atuação do Poder Público em relação ao sistema viário definir fontes alternativas de recursos para o financiamento do sistema de transporte coletivo;
- b) As disposições relativas à mobilidade urbana previstas no Plano Diretor esgotam o assunto, razão pela qual a referida lei dispensou a

elaboração e implementação do Plano Municipal de Mobilidade Urbana.

- c) A previsão de implantação de ciclovias é tanto um objetivo da política de mobilidade urbana, quanto uma diretriz específica de atuação do Poder Público em relação ao sistema viário.
- d) É uma das diretrizes gerais de atuação do Poder Público com relação ao sistema viário e de transporte de Contagem contribuir para a redução das desigualdades e para a promoção da inclusão social.

Questão 7.

A respeito da LC 82/2010, que disciplina o parcelamento, a ocupação e o uso do solo no Município de Contagem, analise as assertivas a seguir:

I – Para efeito de ordenamento, do parcelamento, da ocupação e do uso do solo, o Município de Contagem fica subdividido em zona urbana e zona rural.

II – A zona urbana é subdividida em: zona adensável, zona de ocupação restrita, zona de usos incômodos, zona de expansão urbana e zona de especial interesse turístico.

III – A área de proteção de mananciais (APM), que compreende a Bacia de Vargem das Flores, é uma das categorias de área especial. Em toda a Bacia de Vargem das Flores, é vedada qualquer modalidade de manejo ou utilização do solo ou instalação de qualquer atividade ou empreendimento que, a juízo do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Contagem - COMAC, seja considerada potencialmente poluidora dos recursos hídricos, ainda que na Lei Complementar 82/2010 a atividade ou empreendimento não seja expressamente impedida na bacia.

IV - Para terrenos pertencentes a Áreas Especiais superpostas prevalecerão os parâmetros mais restritivos, salvo se a superposição envolver área delimitada como AIS (Áreas de Especial Interesse Social), hipótese em que prevalecerão na porção pertencente a esta categoria os parâmetros especiais estabelecidos em sua regulamentação, sem prejuízo da proteção ambiental.

Simulado Legislação Municipal PGM-Contagem

Assinale a alternativa correta:

- a) as assertivas I e II estão corretas.
- b) apenas a assertiva III está incorreta.
- c) as assertivas II, III e IV estão corretas.
- d) as assertivas I, II, III e IV estão corretas.

Questão 8.

A respeito da LC 82/2010, que disciplina o parcelamento, a ocupação e o uso do solo no Município de Contagem, assinale a alternativa CORRETA:

- a) As disposições da LC 82/2010 relativas ao parcelamento do solo e a necessidade de aprovação do Poder Executivo Municipal aplicam-se apenas ao perímetro urbano, não se lhes aplicando à zona rural.
- b) Considera-se desmembramento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação que implique abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos, ou o prolongamento, a modificação ou a ampliação das vias existentes.
- c) Não é permitido o parcelamento do solo para fins urbanos em terrenos de declividade acima de 47%. Estão sujeitos a elaboração de laudo geotécnico, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica feita no CREA/MG o parcelamento para fins urbanos de terreno com declividade acima de 30% e menor ou igual a 47%.
- d) São equipamentos comunitários os espaços de livre acesso ao público, destinados a práticas de lazer, recreação, contemplação, proteção paisagística e ambiental, manifestações cívicas e culturais, à convivência e às trocas, abrangendo as áreas verdes, as praças e similares.

Direito Administrativo

Questão 9.

A Lei Complementar nº 257/2018, que estabelece a estrutura organizacional da Procuradoria Geral do Município de Contagem, determina que são prerrogativas dos Procuradores Municipais, EXCETO:

- a) inviolabilidade pelas opiniões que externam ou pelo teor de suas manifestações processuais ou procedimentais, devendo respeito à ordem constitucional e aos interesses do Município e dos munícipes;
- b) a titularidade dos honorários, na esfera administrativa e judicial;
- c) requisitar informações ou diligências a qualquer órgão público municipal, a fim de subsidiar elaboração de pareceres ou peças jurídicas;
- d) irredutibilidade de vencimentos e independência funcional de seus atos.

Questão 10.

Correlacione a primeira com a segunda coluna e assinale a alternativa que possui a sequência correta:

Coluna I

- (1) São atribuições do Procurador Geral do Município;
- (2) São atribuições do Subprocurador Geral;
- (3) São atribuições do Subprocurador Fiscal;

Coluna II

- () gerir o crédito tributário e não tributário;
- () receber citações, intimações e notificações nas ações propostas contra o Município;
- () coordenar a formação e pagamento dos precatórios judiciais em todas as esferas;
- () desistir, transigir, firmar compromissos e reconhecer pedidos nas ações de interesse da Procuradoria-Geral do Município, à luz dos princípios maiores da supremacia e da indisponibilidade dos interesses públicos;
- () coordenar a atividade jurídico-consultiva da Procuradoria-Geral do Município;
- () gerir a cobrança judicial da dívida ativa, bem como do contencioso tributário e não tributário ajuizado;

Assinale a sequência CORRETA:

- a) 3, 1, 2, 1, 2, 3;
- b) 3, 2, 1, 2, 1, 3;
- c) 3, 1, 3, 1, 2, 2;

d) 1, 1, 3, 2, 2, 1.

Questão 11.

Em relação às disposições contidas na LC 257/2018, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Não concorrerá à promoção ou progressão, o servidor que encontrar-se cedido, salvo quando a cessão se der entre entidades da Administração Municipal;
- b) O direito à progressão poderá ser adquirido a cada 2 (dois) anos de efetivo exercício do cargo, em intervalos anuais, alternando-se a progressão por mérito e a progressão por titulação ou qualificação.
- c) O Procurador Municipal efetivo nomeado para exercer cargo em comissão pode optar pelo vencimento do cargo em comissão ou pela continuidade de percepção do vencimento de seu cargo efetivo, acrescida da gratificação de 20% (vinte por cento) do vencimento do cargo de provimento em comissão em que estiver nomeado.
- d) O Procurador Municipal, uma vez investido no cargo ou na função, adquirirá a representação do Município de Contagem, independentemente de procuração, no que tange aos poderes gerais de foro, em qualquer instância, juízo ou tribunal, inclusive na esfera administrativa.

Questão 12.

Considere a seguinte situação hipotética: foi publicado o ato de provimento de Maria Flor em cargo efetivo da Administração Direta de Contagem. Considerando o que prevê o Estatuto dos Servidores desse município, é INCORRETO afirmar que, nessa hipótese:

- a) Maria Flor terá o prazo improrrogável de trinta dias contados da publicação do ato de provimento para tomar posse.
- b) A posse não poderá se dar mediante procuração.
- c) Caso Maria Flor não tome posse no prazo legal, o ato de provimento será tornado sem efeito.
- d) Após tomar posse, Maria Flor terá o prazo de quinze dias para entrar em exercício.

Questão 13.

Considere as seguintes situações ocorridas com servidores públicos municipais estáveis de Contagem:

- Alice, com 40 anos, é aposentada por invalidez. Contudo, passados doze meses de sua aposentadoria, ela restabeleceu sua saúde e o Município reconheceu a insubsistência dos motivos da aposentadoria.
- Bruno sofreu processo administrativo disciplinar e foi demitido do cargo que ocupava. Irresignado, ajuizou ação e conseguiu invalidar a decisão administrativa na qual se fundamentava sua demissão.
- Catarina sofreu um acidente automobilístico e, após seu tratamento, teve limitações em sua capacidade física. Agora ela está impedida de exercer completamente as atribuições do seu cargo de origem, podendo, porém, desempenhar outras atribuições compatíveis com as limitações físicas sofridas por ela.

Considerando as hipóteses mencionadas, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Alice retornará ao serviço público mediante reversão; Bruno não poderá retornar ao serviço público, porém faz jus à indenização por danos morais e pela rescisão indevida do vínculo com o Município; Catarina deve ser aposentada por invalidez;
- b) Alice retornará ao serviço público mediante reversão; Bruno retornará ao serviço público mediante reintegração; Catarina sofrerá readaptação;
- c) Alice não precisará retornar ao serviço público já que a aposentadoria é um direito adquirido; Bruno retornará ao serviço público mediante reversão; Catarina sofrerá readaptação;
- d) Alice retornará ao serviço público mediante readaptação; Bruno retornará ao serviço público mediante reversão; Catarina sofrerá reintegração.

Simulado Legislação Municipal PGM-Contagem

Questão 14.

Considerando as disposições sobre readaptação trazidas pelo Estatuto dos Servidores de Contagem, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A readaptação será efetivada em cargos de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida, nível de escolaridade e equivalência de vencimentos e, na hipótese de inexistência de cargo vago, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.
- b) Caso o servidor seja capaz de executar mais de 70% (setenta por cento) das atribuições de seu cargo, configura-se caso de restrição de atividades e deverá retornar ao trabalho no seu próprio cargo, mesmo que seja necessário evitar algumas atribuições.
- c) Caso o servidor não consiga atender a um mínimo de 70% (setenta por cento) das atribuições de seu cargo, deverá ser aposentador por invalidez.
- d) Estando o servidor capaz de atender a mais de 70% (setenta por cento) das atribuições de seu novo cargo, a junta oficial deverá indicar a sua readaptação, ficando a critério dos recursos humanos as providências necessárias para a publicação do Ato de Readaptação.

Questão 15.

Com relação às vantagens estabelecidas pelo Estatuto dos Servidores de Contagem, analise as seguintes assertivas:

I - Além do vencimento, poderão ser pagas, ao servidor as seguintes vantagens: indenização, auxílios pecuniários, gratificação e adicionais. As indenizações e os auxílios pecuniários não se incorporam ao vencimento ou provento, enquanto que as gratificações e os adicionais incorporam-se ao vencimento.

II – O direito ao adicional de insalubridade ou periculosidade cessa com a eliminação das condições ou dos riscos que deram causa a sua concessão, não incorporando a remuneração para nenhum efeito.

III - O serviço noturno, prestado em horário compreendido entre vinte e duas horas de um dia e cinco horas do dia seguinte, terá o valor hora

acrescido de mais vinte e cinco por cento, computando-se cada hora como cinquenta e dois minutos e trinta segundos.

IV - Mediante de solicitação, será pago ao servidor, por ocasião das férias, um adicional de pelo menos um terço da remuneração correspondente ao período de férias.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a assertiva IV está incorreta;
- b) Apenas as assertivas II e IV estão incorretas;
- c) Apenas a assertiva III está correta;
- d) Todas as assertivas estão corretas.

Questão 16.

Miguel, Pedro, Tayná e Geovana são servidores públicos do Município de Contagem.

Miguel, no exercício de seu cargo, referiu-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas ou aos atos do Poder Público, mediante manifestação escrita.

Pedro criticou ato do Poder Público, do ponto de vista doutrinário ou da organização do serviço, em trabalho assinado.

Tayná reincidiu na ausência ao serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato, mesmo após ter sido advertida por escrito quando cometeu a primeira proibição.

Geovana utilizou recursos materiais da repartição em serviços e atividades particulares.

Considerando as situações acima mencionadas, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Miguel e Tayná serão punidos com demissão; Pedro e Geovana serão punidos com advertência por escrito;
- b) Miguel e Tayná serão punidos com suspensão; Pedro será punido com advertência; Geovana será punida com demissão;
- c) Miguel e Pedro não cometeram ato proibido aos servidores; Tayná e Geovana serão punidas com demissão.
- d) Miguel será punido com advertência por escrito; Pedro não cometeu ato proibido aos servidores;

Simulado Legislação Municipal PGM-Contagem

Tayná será punida com suspensão; Geovana será punida com demissão.

Questão 17.

Considerando as penalidades estabelecidas pelo Estatuto dos Servidores, assinale a alternativa que possui conduta que enseja cumulativamente a demissão, impossibilidade de retorno ao serviço público municipal, indisponibilidade de bens, ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível:

- a) Abandono de cargo;
- b) Insubordinação grave ao serviço;
- c) Improbidade administrativa;
- d) Acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas.

Questão 18.

A respeito do processo administrativo disciplinar, previsto no Estatuto dos Servidores do Município de Contagem, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá ordenar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até sessenta dias, sem prejuízo da remuneração.
- b) O julgamento fora do prazo legal implica nulidade do processo.
- c) O processo disciplinar, com relatório da comissão, será remetido à autoridade que determinou a sua instauração, para julgamento, que deverá ocorrer no prazo de 60 (sessenta) dias.
- d) Extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do servidor.

Questão 19.

O Decreto nº 345, de 10 de junho de 2014, que regulamenta o acesso à informação no âmbito do Executivo Municipal de Contagem, determina que o acesso à informação compreende, entre outros, o direito de obter, EXCETO:

- a) orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada;
- b) as informações relativas a investigações, auditorias ou processos assemelhados em andamento;
- c) informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação e contratos administrativos;
- d) informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados pelos órgãos ou entidades da Administração Pública Municipal, recolhidos ou não a arquivos públicos.

Questão 20.

Nos termos do Decreto nº 345, de 10 de junho de 2014, que regulamenta o acesso à informação no âmbito do Executivo Municipal de Contagem, o prazo para o Poder Público fornecer a informação solicitada é de:

- a) até 05 (cinco) dias, prorrogáveis por mais 5 (cinco) dias;
- b) até 10 (dez) dias, prorrogáveis por igual período;
- c) até 15 (quinze) dias, improrrogáveis;
- d) até 20 (vinte) dias, prorrogáveis por mais 10 (dez) dias.

Questão 21.

Com relação à Lei Complementar nº 247, de 29 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a organização da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal de Contagem, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O Poder Executivo Municipal exercerá as atividades públicas exclusivas da Prefeitura e as atividades de essencial interesse público não exclusivas, de sua competência diretamente por meio de contratos de gestão com órgãos da Administração Direta e Indireta.
- b) A Administração Direta compreende o Gabinete do Prefeito, o Gabinete do Vice-Prefeito, as Secretarias Municipais, a Procuradoria Geral do Município, a Controladoria Geral do Município e os

Simulado Legislação Municipal PGM-Contagem

Órgãos Colegiados, nos termos das respectivas legislações.

c) A Administração Indireta compreende as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

d) A Procuradoria Geral do Município é um órgão de assessoramento direto ao Chefe do Poder Executivo.

Questão 22.

Levando em conta as disposições da LC 247/2017, que dispõe sobre a organização da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal de Contagem, associe a coluna I dos órgãos, com a coluna II das atribuições:

Coluna I

- 1 – Gabinete do Prefeito;
- 2 – Secretaria Municipal de Governo;
- 3 – Procuradoria Geral do Município;
- 4 – Controladoria Geral do Município;
- 5 – Secretaria Municipal de Fazenda;
- 6 – Secretaria Municipal de Administração

Coluna II

() executar as atividades de cerimonial da Prefeitura, em apoio ou conjuntamente com a Secretaria Municipal de Comunicação;

() representar o Município em qualquer juízo ou tribunal, atuando nos feitos em que tenha interesse;

() coordenar os programas e atividades de incorporação, manutenção e desenvolvimento de recursos humanos, bem como expedir os atos administrativos em matéria de pessoal da Administração Direta do Poder Executivo Municipal;

() realizar atividades de controle, auditoria e fiscalização sobre a gestão de recursos públicos municipais;

() coordenar as atividades de apoio às ações políticas do Poder Executivo Municipal;

() coordenar e executar a contabilização financeira, patrimonial e orçamentária do Município, nos termos da legislação em vigor;

Assinale a alternativa que contém a sequência correta:

a) 1, 2, 3, 4, 5, 6.

b) 4, 3, 6, 5, 1, 2.

c) 1, 3, 6, 4, 2, 5.

d) 6, 1, 5, 3, 4, 2.

Questão 23.

Levando em conta as disposições da LC 247/2017, que dispõe sobre a organização da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal de Contagem, assinale a alternativa CORRETA:

a) É reservado o mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do total de cargos de provimento em comissão para recrutamento limitado quando providos por servidor público municipal ocupante de cargo efetivo.

b) A Fundação de Ensino de Contagem (Funec) e a Autarquia Municipal de Trânsito de Contagem (TransCon) são órgãos da administração direta.

c) A LC 247/17 veda a instituição de novas vantagens pecuniárias, a exemplo de gratificações estratégicas municipais.

d) Não podem ser criadas comissões especiais de licitação em determinadas Secretarias, uma vez que os procedimentos de contratação de obras, locações, alienações, concessões, permissões, aquisição de materiais, equipamentos e contratação de serviços devem ser realizados de modo centralizado.

Questão 24.

A respeito das disposições previstas no Decreto nº 1.085, de 29 de dezembro de 2016, que regulamenta a responsabilização administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Contagem, assinale a alternativa INCORRETA:

a) O referido decreto prevê a realização da apuração da responsabilidade administrativa das

Simulado Legislação Municipal PGM-Contagem

peças jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública mediante procedimento de investigação preliminar e Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

b) Possuem competência para a instauração e julgamento do processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica a autoridade máxima de cada órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta do Município, bem como a Controladoria Geral do Município.

c) O prazo para conclusão do Processo Administrativo de Responsabilização não excederá 180 (cento e oitenta) dias, admitida prorrogação por igual período, por solicitação, em despacho fundamentado, do presidente da comissão à autoridade instauradora.

d) A pessoa jurídica poderá acompanhar o Processo Administrativo de Responsabilização por meio de seus representantes legais ou procuradores, restando-lhes assegurado amplo acesso aos autos com extração de fotocópias, sendo possível a sua retirada mediante carga da repartição pública.

Questão 25.

A respeito das disposições previstas no Decreto nº 1.085, de 29 de dezembro de 2016, que regulamenta a responsabilização administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Contagem, assinale a alternativa CORRETA:

a) Não é necessária a manifestação do órgão de representação judicial do ente público quanto à observância e a regularidade do devido processo administrativo, uma vez que não se trata de procedimento judicial.

b) O valor da vantagem auferida ou pretendida equivale aos ganhos obtidos ou pretendidos pela pessoa jurídica que não ocorreriam sem a prática do ato lesivo, somado, quando for o caso, ao valor correspondente a qualquer vantagem indevida prometida ou dada a agente público ou a terceiros a ele relacionados.

c) As pessoas jurídicas estão sujeitas às seguintes sanções administrativas: multa, publicação extraordinária da decisão administrativa

sancionadora e desconsideração da personalidade jurídica.

d) Dependem de requerimento judicial, a ser feito através da Procuradoria Geral do Município, dentre outras, a cobrança da multa administrativa aplicada no Processo Administrativo de Responsabilização, a promoção da publicação extraordinária, a reparação integral dos danos e prejuízos, a desconsideração da personalidade jurídica, além de eventual atuação judicial para a finalidade de instrução ou garantia do processo judicial ou preservação do acordo de leniência.

Questão 26.

A respeito da Lei Complementar nº 190, de 30 de dezembro de 2014, que institui o Código de Posturas, assinale a alternativa CORRETA:

a) É vedada a colocação de qualquer elemento que obstrua, total ou parcialmente, o logradouro público.

b) Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

c) A passeata e a manifestação popular são usos que dependem de licenciamento, sendo este o prévio aviso à autoridade competente.

d) Na hipótese de decisão desfavorável ao pedido de licenciamento não caberá recurso, uma vez que a licença é ato discricionário do Poder Público.

Questão 27.

“Mobiliário urbano é o equipamento de uso coletivo instalado em logradouro público com o fim de atender a uma utilidade ou a um conforto público”. A respeito da instalação dos mobiliários urbanos, prevista no Código de Posturas do Município de Contagem, assinale a alternativa CORRETA:

Simulado Legislação Municipal PGM-Contagem

- a) A instalação de mobiliário urbano em logradouro público independe de prévio licenciamento.
- b) Se a remoção do mobiliário urbano implicar dano ao logradouro público, o Município deverá fazer os devidos reparos, restabelecendo no logradouro as mesmas condições em que ele se encontrava antes da instalação respectiva.
- c) O responsável pela instalação do mobiliário urbano deverá removê-lo quando devidamente caracterizado o interesse público que justifique a remoção, situação em que o Município arcará com o custo da remoção.
- d) Não é possível a instalação de mobiliários urbanos fixos.

Questão 28.

A respeito do exercício de atividades previstas no Código de Posturas do Município de Contagem, analise as assertivas que seguem:

I – O Executivo poderá licenciar, para exercício em logradouro público, a atividade de guardador de veículo automotor.

II - O passeio poderá ser utilizado por ambulante somente para exercício de atividade de comércio em veículo de tração humana e por pessoa com deficiência.

III - O licenciamento para exercício de atividade em logradouro público terá sempre caráter precário e será feito por meio de licitação, que poderá ser simplificado em relação a alguma atividade, particularmente a classificada como eventual.

IV - Não será liberado mais de um documento de licenciamento para a mesma pessoa natural, mesmo que para atividades distintas, ressalvada a possibilidade de acumular 1 (um) documento de licenciamento para atividade constante com 1 (um) documento de licenciamento para atividade eventual.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
- b) As assertivas III e IV estão corretas.
- c) As assertivas I e II estão incorretas.
- d) As assertivas I, II, III e IV estão incorretas.

Questão 29.

A respeito das disposições previstas no Código de Posturas do Município de Contagem, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O Município notificará, administrativamente, o responsável pelo dano para repará-lo, no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, a critério do Poder Público. O não cumprimento da notificação no prazo nela estabelecido implicará tomada de medidas judiciais.
- b) É proibida a instalação e manutenção de engenho de publicidade em edificações tombadas.
- c) É permitida a instalação e manutenção de engenho de publicidade em marquises.
- d) Constatada a irregularidade do engenho publicitário, fica o proprietário obrigado a removê-lo no prazo de 20 (vinte) dias, sob pena de aplicação de multa diária. Não removido o engenho irregular pelo proprietário, o Poder Público procederá à remoção dele em até 10 (dez) dias do vencimento da notificação, mantendo, em qualquer hipótese, a multa pelo descumprimento.

Lei Orgânica do Município de Contagem

Questão 30.

A respeito dos objetivos prioritários do Município, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Contagem, assinale a alternativa CORRETA:

- a) garantir a efetividade dos direitos públicos subjetivos.
- b) assegurar o exercício, pelo cidadão, dos mecanismos de controle da legalidade e da legitimidade dos atos do Poder Público e da eficácia dos serviços públicos.
- c) assegurar a permanência da cidade, enquanto espaço viável e de vocação histórica, que possibilite o efetivo exercício da cidadania.
- d) preservar os interesses gerais e coletivos.

Questão 31.

De acordo com a Lei Orgânica, é vedado ao Município de Contagem:

Simulado Legislação Municipal PGM-Contagem

a) manter a publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas de órgãos públicos que tenham caráter educativo, informativo ou de orientação social, assim como a publicidade da qual não constem nomes, símbolos, cores ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridade ou servidores públicos.

b) outorgar isenções e anistias fiscais, ou permitir a remissão de dívidas, com interesse público justificado.

c) conferir fé aos documentos públicos.

d) subvencionar ou auxiliar, de qualquer modo, com recursos pertencentes aos cofres públicos, quer pela imprensa, rádio, televisão, serviço de alto-falante ou qualquer outro meio de comunicação, propaganda político-partidária ou fins estranhos à administração.

Questão 32.

Analise a hipótese a seguir:

Considerando que um negócio atende ao interesse público, o prefeito de Contagem decide vender um imóvel pertencente ao município e que não é utilizado.

De acordo com o que prevê a Lei Orgânica, é INCORRETO afirmar que esse negócio:

a) poderá ocorrer mediante dispensa de licitação por se tratar de bem público não utilizado.

b) dependerá, entre outros requisitos, de autorização legislativa.

c) dependerá, entre outros requisitos, da avaliação prévia do bem.

d) caso se tratasse de bem móvel, independeria de autorização legislativa.

Questão 33.

Segundo o que prevê a Lei Orgânica do Município de Contagem sobre os membros do poder legislativo municipal, é CORRETO afirmar:

a) O vereador não pode desde a expedição do diploma, em qualquer hipótese, firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, fundação pública, empresa pública,

sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público municipal

b) Não perde o mandato o vereador investido no cargo de Secretário Municipal, hipótese em que ficará licenciado do mandato.

c) A perda do mandato do vereador que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado será declarada pela Mesa da Câmara.

d) A Câmara Municipal poderá afastar do exercício do mandato, após processo que lhe assegure ampla defesa e o contraditório, sem prejuízos de vencimento, o Vereador que em atitudes, palavras ou atos caracterize discriminação de sexo, raça, opção religiosa, atentatórias aos direitos e liberdades fundamentais.

Questão 34.

A respeito do processo legislativo previsto na Lei Orgânica de Contagem, assinale a alternativa CORRETA:

a) É matéria de iniciativa privativa do Prefeito a criação, transformação ou extinção de cargo, emprego e função, regime jurídico dos servidores da Câmara Municipal e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

b) A lei orgânica não poderá ser emendada por proposta popular.

c) O veto parcial não precisa abranger texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea, podendo o Prefeito suprimir trechos ou expressões que julgue inconstitucionais ou contrárias ao interesse público.

d) A proposta de emenda à lei orgânica será discutida, e votada em dois turnos, com o interstício mínimo de 10 (dez) dias, e considerada aprovada se obtiver, em ambos, 3/5 (três quintos) dos votos dos membros da Câmara.

Questão 35.

Com relação às disposições trazidas pela Lei Orgânica, correlacione a primeira coluna com a segunda:

Coluna I:

Simulado Legislação Municipal PGM-Contagem

- 1 – Competência da Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito;
- 2 – Competência da Câmara Municipal, sem a sanção do Prefeito;
- 3 – Competência privativa do Prefeito.

Coluna II

- divisão regional da administração pública;
- administrar os bens e as rendas municipais, promover o lançamento, a fiscalização e a arrecadação de tributos;
- processar e julgar o Prefeito, o Vice-Prefeito e Secretário Municipal, nas infrações político-administrativas;
- autorizar a participação do Município em convênio, consórcio ou entidades intermunicipais destinadas à gestão de função pública, ao exercício de atividades ou à execução de serviços e obras de interesse comum;
- sistema tributário municipal, arrecadação e distribuição de rendas;
- decretar situação de emergência e estado de calamidade pública;

Assinale a sequência correta:

- a) 1, 1, 2, 2, 3, 3;
- b) 1, 3, 2, 2, 1, 3;
- c) 3, 3, 2, 1, 2, 1;
- d) 3, 2, 1, 3, 2, 1.

Questão 36.

No âmbito do Município de Contagem, conforme o que dispõe a Lei Orgânica, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários, em certas situações específicas. Assinale a alternativa que NÃO corresponde a uma possibilidade de cumulação:

- a) a dois cargos de professor;
- b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
- c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;

- d) a de dois cargos privativos de médico.

Questão 37.

Considere a seguinte situação hipotética:

Pedro, que é servidor público efetivo e estável do Município de Contagem, foi eleito Prefeito. Nessa situação, julgue as assertivas a seguir:

- Pedro será afastado do cargo que ocupa, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;
- havendo compatibilidade de horários, Pedro perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo de remuneração do cargo eletivo;
- seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;
- para o efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

Assinale a alternativa correta:

- a) V, F, V, V;
- b) F, V, V, V;
- c) V, F, F, F;
- d) F, V, F, F.

Questão 38.

No que tange às disposições da Lei Orgânica do Município de Contagem a respeito da participação do Município nas receitas tributárias, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Pertence ao Município o produto da arrecadação do imposto da União sobre a renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelo Município, suas autarquias e fundações que institua e mantenha;
- b) Pertence ao Município 50% (cinquenta por cento) do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis situados no território do Município;
- c) Pertence ao Município 50% (cinquenta por cento) do produto da arrecadação do imposto do

Simulado Legislação Municipal PGM-Contagem

Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados no território do Município;

d) Pertence ao Município 25% (vinte e cinco por cento) do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a transmissão causa mortis e doação, relativo às transmissões realizadas no Município.

Questão 39.

De acordo com o que prevê a Lei Orgânica do Município do Município de Contagem, assinale a alternativa CORRETA:

a) A Procuradoria da Fazenda Municipal atuará na execução da dívida ativa de natureza tributária e não-tributária, cabendo a ela representar o Município nos assuntos fiscais e tributários, observado o disposto nesta Lei.

b) A Defensoria do Povo é o órgão público autônomo com funções de auxiliar a câmara no contato da Administração Pública cujas atribuições, organização e funcionamento serão definidos em lei complementar. O Defensor do Povo será nomeado pelo Presidente da Câmara, mediante aprovação desta, para mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução

c) A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e das entidades da administração indireta é exercida exclusivamente pela Controladoria Geral do Município.

d) Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas e à Câmara Municipal, sob pena de responsabilidade subsidiária.

Questão 40.

Com relação às disposições da Lei Orgânica de Contagem, julgue os itens a seguir:

() Compete ao Município, no âmbito do sistema único de saúde, além de outras atribuições previstas na legislação federal, a normatização complementar e a padronização dos procedimentos relativos à saúde, por meio de código sanitário municipal.

() A prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário serão prestados exclusivamente pelo Poder Público Municipal, podendo este autorizar sua concessão para os Poderes, Públicos Estadual ou Federal, ficando permitida a privatização, concessão ou permissão privada destes serviços no âmbito do Município de Contagem.

() O dever do Município para com a educação será concretizado mediante a garantia de atendimento pedagógico gratuito em creche e pré-escola às crianças de 0 (zero) até 6 (seis) anos de idade, em horário integral a ser implantado progressivamente, com a garantia ao ensino fundamental.

() O Município dispensará à microempresa e à empresa de pequeno porte, assim definidas em lei federal, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela significação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas, por meio de lei.

Assinale a alternativa correta:

a) V, F, V, V;

b) V, V, V, V,

c) F, F, V, F;

d) F, F, F, V.

Direito Ambiental

Questão 41.

De acordo com a Lei nº 3.789/03, a Política Municipal do Meio Ambiente será implementada pelo Poder Executivo, mediante as seguintes ações, EXCETO:

a) Elaboração de diagnóstico dos recursos naturais;

b) Exercício sistemático de acompanhamento do estado da qualidade ambiental através de monitoramento dos recursos naturais;

c) Manutenção de sistema de informações relativas aos recursos naturais, permanentemente atualizado, associado às ações de monitoramento e amplamente divulgado, de modo a refletir a eficácia das intervenções e permitir o acesso de toda a população às informações ambientais sobre o Município;

Simulado Legislação Municipal PGM-Contagem

d) Efetiva participação da população na defesa do meio ambiente.

Questão 42.

A respeito da Lei nº 3.789/03, que dispõe sobre a Política Municipal do Meio Ambiente, assinale a alternativa CORRETA:

a) Na implementação da Política Municipal do Meio Ambiente, deverá o Executivo, em consonância com os órgãos estaduais e federais afins, visando a melhoria da qualidade do ar, exercer o controle efetivo sobre as ações de degradação e poluição do solo e subsolo;

b) O Poder Executivo poderá, independentemente de lei, criar unidades de conservação em sítios de comprovada importância ambiental, paisagística ou cultural.

c) É vedada a comercialização de espécies da flora silvestre, ou objetos delas derivados. Porém, excetuam-se da vedação, os frutos, as espécies provenientes de viveiros devidamente legalizados e os objetos deles derivados.

d) Compete à Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMA) baixar normas e padrões de qualidade ambiental, observadas as legislações federal e estadual.

Questão 43.

A respeito da Lei nº 3.789/03, que dispõe sobre a Política Municipal do Meio Ambiente, assinale a alternativa INCORRETA quanto ao licenciamento ambiental:

a) A Licença Sumária – LS é concedida mediante processo sumário, em etapa única, aplicável aos casos de atividades com reduzido potencial poluente, segundo determinado por norma reguladora do COMAC, mediante Termo de Compromisso firmado entre o empreendedor e a SMA, sendo o mesmo dispensado da apresentação do Relatório de controle ambiental.

b) A modificação ou ampliação do processo de produção, sujeita-se a novo licenciamento ambiental, não sendo este necessário quando houver mero aumento de produção.

c) Das decisões da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMA), relativas ao licenciamento ambiental, caberá recurso ao Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMAC), no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de ciência da decisão da SMA. Porém, é irrecorrível, administrativamente, a decisão do COMAC relativa ao licenciamento ambiental.

d) Dependem de licenciamento ambiental, a ser concedido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente, ou pelos órgãos federal ou estadual competentes, a implantação e funcionamento de qualquer empreendimento ou atividade, pública ou privada, no território municipal que implique em exploração de recursos naturais, ou em sua alteração, ou em provocação de incômodos à população.

Código Tributário Municipal

Questão 44.

Considerando as disposições do Código Tributário Municipal de Contagem sobre o IPTU (Imposto predial e territorial urbano), assinale a alternativa INCORRETA:

a) O imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana constitui ônus real e acompanha o imóvel em todos os casos de transmissão de propriedade ou de direitos reais, a ele relativos, de compromissário comprador, se estiver de posse do imóvel.

b) Considera-se ocorrido o fato gerador do IPTU no dia 1º de janeiro de cada exercício financeiro.

c) É pessoalmente responsável pelo imposto o adquirente, ainda que beneficiário de imunidade ou isenção, pelos débitos existentes à data do título de transferência, salvo quando conste deste a prova da sua quitação, limitada esta responsabilidade nos casos de arrematação em hasta pública, ao montante do respectivo preço.

d) O lançamento e arrecadação deste imposto serão feitos em conjunto com outros ônus tributários incidentes sobre o terreno em que esteja situada a construção, tomando-se por base a situação existente em 31 de dezembro do exercício anterior.

Simulado Legislação Municipal PGM-Contagem

Questão 45.

Considerando as disposições do Código Tributário Municipal de Contagem sobre o IPTU (Imposto predial e territorial urbano), analise as assertivas a seguir:

I - Quando o terreno estiver sujeito a inventário, far-se-á o lançamento em nome do espólio, transferindo-se para o dos sucessores após realizada a partilha; para esse fim, os herdeiros são obrigados a promover a transferência perante o órgão fazendário competente, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, contados do julgamento da partilha ou da adjudicação.

II – A base de cálculo do IPTU é o valor de mercado do imóvel.

III - Constitui falta de exação ou desídia declarada, no desempenho da função, conforme regime jurídico aplicável, o servidor público responsável deixar de promover a atualização anual dos valores cadastrais.

Assinale a alternativa correta:

- a) Somente a II está incorreta;
- b) Estão corretas as assertivas I e II;
- c) Estão corretas as assertivas I, II, e III;
- d) Estão incorretas as assertivas II e III.

Questão 46.

O ITBI (Imposto sobre a transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos por ato oneroso inter vivos) está regulamentado no Código Tributário Municipal de Contagem. Assinale a alternativa que apresenta uma hipótese de sua incidência:

- a) sobre a transmissão de bens e direitos quando realizada para incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica, em realização de capital;
- b) sobre a transmissão de bens e direitos quando decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica;
- c) sobre a transmissão de bens e direitos quando decorrente da transmissão de bem imóvel quando este voltar ao domínio do antigo proprietário por força de retrovenda, retrocessão ou pacto de melhor comprador;

d) sobre a transmissão de bens e direitos quando realizada para incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica adquirente que tiver como atividade preponderante a compra e venda de bens imóveis e seus direitos reais, a locação de bens imóveis ou arrendamento Mercantil.

Questão 47.

A respeito do ISSQN (Imposto sobre serviços de qualquer natureza), previsto no Código Tributário Municipal de Contagem, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O imposto incide sobre o serviço prestado na relação de emprego.
- b) A incidência do imposto depende da denominação dada ao serviço prestado, a qual deve encontrar exata correspondência com a denominação prevista no Código Tributário Municipal.
- c) O imposto não incide sobre as exportações de serviços para o exterior do país.
- d) O contribuinte do imposto é o tomador do serviço.

Questão 48.

A respeito do ISSQN (Imposto sobre serviços de qualquer natureza), previsto no Código Tributário Municipal de Contagem, os tomadores de serviço, inclusive os Órgãos, empresas e entidades da administração pública direta e indireta, são obrigados à retenção e recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, devido neste Município, quando:

- () o prestador do serviço, estabelecido formal ou informalmente neste Município, obrigado a emissão de Nota Fiscal de Serviço autorizada por esta Municipalidade, deixar de fazê-lo ao tomador;
- () o prestador do serviço, estabelecido formal ou informalmente neste Município, emitir Nota Fiscal de Serviço autorizada por outro município;
- () o prestador de serviço, pessoa física, que não comprovar inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal de qualquer municipalidade ou não provar condição que é isento, no município de seu domicílio fiscal;

Simulado Legislação Municipal PGM-Contagem

() o prestador de serviço, estabelecido em outro município, emitir nota fiscal para tomador de serviços estabelecido em Contagem, e não tiver inscrição no Cadastro de Prestadores de Serviços Estabelecidos em Outros Municípios.

Assinale a alternativa correta:

- a) V, V, F, F;
- b) V, V, V, V;
- c) F, V, F, V;
- d) F, F, V, F.

Questão 49.

A respeito das disposições sobre as taxas, previstas no Código Tributário Municipal de Contagem, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Pelo exercício regular do poder de polícia serão cobradas as seguintes taxas de fiscalização: de localização e funcionamento; de Engenhos de Publicidade; sanitária; de licença para ocupação do solo.
- b) Os serviços não compulsórios prestados pelo Município são remunerados por meio de preços públicos.
- c) Pela prestação de serviço público específico e divisível, utilizado pelo contribuinte ou posto à sua disposição, serão cobradas as taxas de: iluminação pública, coleta de resíduos sólidos, conservação de vias e logradouros públicos e de expediente.
- d) O lançamento e o pagamento das taxas não implicam reconhecimento da regularidade da atividade exercida, perante as normas de posturas públicas.

Questão 50.

A respeito do Processo Tributário Administrativo previsto no Código Tributário de Contagem, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O Conselho Tributário Administrativo de Contagem - CONTAC - de segunda instância será composto de 02 (duas) Câmaras, com 04 (quatro) membros efetivos cada e igual número de suplentes, todos designados pelo Secretário Municipal de Fazenda, com mandato de 02 (dois)

anos, podendo ser reconduzidos no interesse da Administração.

b) É vedado reunir, em uma só petição, recurso ou reclamação referente a mais de um processo, salvo se for do mesmo contribuinte e versem sobre o mesmo assunto.

c) Nas Câmaras do Conselho Tributário Administrativo de Contagem não é assegurada a participação de representantes dos contribuintes uma vez que trata-se órgão municipal que representa os interesses do Fisco.

d) O ingresso em Juízo, inclusive com a impetração de mandado de segurança, não encerra a instância administrativa e não provoca a inscrição do devido em Dívida Ativa.